

Por uma outra política: o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica

Na formação da sociedade brasileira, as dinâmicas seculares da economia e da política produziram uma imensidão de desprovidos, que dependeram de seu próprio engenho e arte para preservar e recompor sua cultura, seus valores e suas identidades. A escrita e a leitura, a escola era reduzida aos homens abastados ou a quem fosse agraciado [e para sempre agradecido] pelos poderosos da região. Na lenta transição da Colônia ao Império e à República, os poderes do Estado e da Igreja controlaram a educação, estabelecendo seus limites de quantidade e qualidade, jamais permitindo uma organização sistêmica e abrangente. Regularam tudo o que possibilitasse manifestações ou reivindicações de estar em outras condições de vida, em outros lugares – no trabalho, na estrutura social, na representação política.

Assim, as elites brasileiras de muitas gerações e geografias furtaram-se de prover a educação pública e de fomentar a ciência e o espírito investigativo, distanciando-se da prática de países nos quais, supostamente, se espelhavam para outros valores. Cercando direitos políticos e sociais da população, privilegiaram a formação de bacharéis, refutando a necessidade de bases científicas para tomar decisões e de universidades para alçar um novo ciclo de desenvolvimento da nação.

Até hoje, adentrado o século XXI, pesam-nos as desigualdades sociais e as formas de apagamento de direitos culturalmente enraizadas. Não é difícil reconhecermos a força histórica da resistência às palavras e aos atos de Anísio Teixeira – e de tantos outros que antes ou depois com ele se alinharam – em defesa da escola pública gratuita e laica, como direito de todos, e da organização de um sistema nacional de educação como dever do Estado e interesse geral. São, ainda, por demais evidentes os obstáculos que enfrentam a maioria das crianças e adolescentes brasileiros para irem à escola e nela progredir. Basta ver os mapas e as fotografias das escolas, com suas estatísticas de repetência, evasão e certificação da Educação

Básica. Onde está o direito de todos “ao pleno desenvolvimento como pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho”, que conseguimos consagrar, há 25 anos, na Constituição Cidadã?

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, instituído pelo Ministério da Educação e realizado em parceria com ampla rede de universidades públicas, tem fundamento na concepção de que é preciso reforçar a formação dos profissionais em efetivo exercício nas escolas estaduais e municipais para que estes possam, junto de suas respectivas comunidades e em processos de diálogo e solidariedade constituintes dos sistemas de ensino, construir um novo padrão organizacional e de gestão da educação brasileira. Em cursos de pós-graduação, aproveitando as tecnologias digitais de informação e comunicação, articulam-se lugares de prática, encontram-se saberes da escola e da universidade para produzir novos conhecimentos. O projeto de educação democrática (sobre)vive.

Neste livro de “fundamentos e trajetórias”, “desafios e superações”, vejo conhecimentos em construção por quem tem se empenhado em encontrar soluções democráticas para garantir o direito à educação em seu cotidiano, a partir do seu lugar de trabalho, mas sem descuidar da perspectiva de alternativas para os problemas nacionais e para a próxima geração. São apenas amostras, nas possibilidades materiais de um volume impresso, de como é importante desvelar os empecilhos e superá-los; revelar a constituição de sujeitos históricos que cooperam em uma rede educativa.

Os capítulos organizados por minhas dedicadas colegas Maria Beatriz Gomes da Silva e Maria Luiza Rodrigues Flores parecem-me exemplares de um trabalho realizado na convergência de magistério e gestão pública, de ensino e pesquisa – no caso, por professores e estudantes do Curso de Especialização em Gestão Escolar, realizado pela Faculdade de Educação da UFRGS, já em três edições.

Aqui reconheço uma formação ética e reflexiva, o conhecimento científico e profissional – a excelência acadêmica que é propositiva, sendo emancipadora dos sujeitos e dos coletivos de decisão e ação –, orientados pelo princípio da gestão democrática da educação e da escola pública.

Maria Beatriz Moreira Luce¹

¹ Maria Beatriz Moreira Luce – Professora titular de Política e Administração da Educação no Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Educação (Ph.D.) pela Michigan State University, em 1979. E-mail: lucomb@ufrgs.br